

A CULTURA INCLUSIVA: PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS INTELECTUAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS EM BELÉM (PA)

Kayo Silva Gustavo¹; João Victor Farias de Oliveira¹; Valerie Sarpedonti²

¹Graduação, ²Doutorado
Universidade Federal do Pará (UFPA)
kayo.gustavo@gmail.com

Introdução: Em 2 de janeiro de 2016 entrou em vigor a lei Brasileira de Inclusão (LBI) 13.146 sancionada em 6 de julho de 2015 após 15 anos de tramite no congresso e no qual foi definido o estatuto das pessoas com deficiência. O documento é composto por 101 páginas, dividido em 19 capítulos que determinam os direitos de 45 milhões de brasileiros (estimativa de 2016). A lei prevê também de um a três anos de reclusão, mais multa, para quem prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício de direitos e liberdades fundamentais de pessoas com deficiências. A inclusão das pessoas com deficiência intelectual enfrenta um empecilho moldado pelo desconhecimento de alguns sobre as causas biológicas ou os eventos suscetíveis de provocar atrasos intelectuais, junto com as crenças culturais. Ambos os parâmetros combinados são responsáveis pela construção de um muro de preconceito e decorrente exclusão das pessoas com deficiência que pode ser vivido no dia a dia, na escola ou mesmo no ambiente familiar. Diante do exposto, vejo como imprescindível uma visão ampliada da educação onde o professor serve como mediador para o repasse do conhecimento e promoção da equidade social. Frente a isso, a presente proposta visa aprimorar e ampliar a aprendizagem da população em geral, tendo como foco principal, a divulgação das patologias, de forma a esclarecer a sociedade a respeito desses assuntos que são frequentes, mas que ainda constituem um tabu social.

Objetivos: Promover a integração dos deficientes intelectuais através de intervenções em escolas públicas. Apresentar de forma didática e com um vocabulário simples os fatores de risco e causas que podem levar à deficiência intelectual e como as alterações biológicas se manifestam nos indivíduos; Descrever os primeiros sinais comportamentais e biológicos susceptíveis de indicar um caso de deficiência intelectual; **Métodos:** Essa intervenção terá como base dados coletados nas escolas públicas acerca da vivência dos alunos com deficiência intelectual, projetos de leis educacionais, prevalência e incidência dos transtornos intelectuais e o bullying enfrentado pelo público alvo, além de questões estruturais e funcionais acerca da área educacional. As visitas foram feitas em escolas públicas próximas à Universidade Federal do Pará, como Escola Municipal Soleno Moreira; E.E.E.F. Frei Daniel; Escola Rosa Gattorno; E.M. Padre Leonardo Pinheiro; E.E.E.F. Humberto Campos. Nas escolas, um questionário comum foi abordado contendo seis questões a serem perguntadas e respondidas: “Há alunos com algum tipo de deficiência intelectual? Se não, há planos para ter? Se sim, qual a frequência e a prevalência?”; “Quais os transtornos?”; “Há algum critério para a aceitação do aluno na escola?”; “Há profissionais especializados para trabalhar com essa população?”; “Os demais profissionais são capacitados?”; e “Outras observações”. Essas perguntas foram realizadas para os diretores das escolas e, quando estes não estavam presentes, as perguntas eram destinadas ao profissional responsável (secretários ou administradores). As respostas foram dadas de acordo com a organização de cada escola, podendo ser por tabelas criadas pela escola específica, pelo professor multifuncional ou por diagnósticos e prontuários elaborados pelo profissional da área da saúde responsável pela identificação da patologia do aluno e que é cobrado pela escola no período de matrícula. Após a visita, foi realizado a elaboração dos materiais informativos sobre as causas e diagnósticos susceptíveis de levar a deficiência intelectual, tanto a nível nacional, quanto a nível local. Ele foi escrito com base em materiais disponibilizados por locais de

pesquisa, como Biblioteca Central (UFPA), Biblioteca do Instituto de Ciências Biológicas (UFPA), Biblioteca do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), SCIELO e PubMed. O documento abrange temas como “Direitos Humanos e educação”, “Diagnóstico”, “Prevalência”, “Transtornos de alta prevalência de deficiência intelectual”, “Síndromes de alta prevalência de deficiência intelectual” e “Erros inatos de metabolismo que levam à deficiência intelectual”. **Resultados e Discussão:** Durante o mês de Julho, um documento contendo a maioria dos transtornos mentais que têm influência direta no aprendizado escolar foi elaborado. Este documento era composto por cinco transtornos de alta prevalência de deficiência intelectual e quatro síndromes de alta prevalência de deficiência intelectual. Foi estudado, então, a forma de ocorrência, a fisiologia afetada, o desenvolvimento (e o atraso deste), o tratamento (se houver) e o diagnóstico, além de medidas essenciais de inclusão tanto social quanto educacional. Este documento serviu como base para a iniciação do projeto e a busca por transtornos prevalentes locais, como um meio de estudo de base para a busca de campo que seria realizada no mês seguinte. Durante o mês de agosto, tivemos como base a semana do dia 01 de agosto ao dia 05 de agosto de 2016, semana esta que foram realizadas visitas em escolas públicas (estaduais e municipais), para iniciar o levantamento da prevalência e incidência das deficiências intelectuais. Além disso, verificou-se também questões como funcionamento das escolas em relação a portadores de necessidades especiais, com foco para deficiências intelectuais, o bullying que os portadores sofrem, a inclusão destes em relação tanto aos alunos quanto à escola e à sociedade, a capacitação dos professores regulares em relação ao atendimento diferenciado a essa população, o trabalho multiprofissional que auxilia no trabalho escolar e a relação da escola com a família para a abordagem deste assunto. Dessa forma, foi realizado visitas para a coleta de dados nas escolas em Belém do Pará, somando um total de vinte e uma escolas. Nas visitas, foi-se aplicado um questionário comum a todas. Obteve-se como resposta que há alunos com deficiência/transtorno intelectual em todas as escolas visitadas, com relativa prevalência e incidência, que não há critérios para aceitação e que há profissionais especializados na maioria das escolas. Após as visitas, verificou-se a maior prevalência e incidência de três deficiências: Síndrome de Down, Paralisia Cerebral e Autismo. Além delas, notou-se a presença de TDAH, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, atraso cognitivo com distúrbio de linguagem e retardo mental leve, moderado e grave. Com base nos dados recolhidos nas escolas, iniciou-se a elaboração de um material informativo mais específico sobre as causas susceptíveis de levar a deficiência intelectual e os diagnósticos destas. Notou-se que há parâmetro jurídico que segure os portadores de necessidades especiais, como matrícula em período especial, quantidade de alunos portadores de necessidades especiais limitadas por sala e um período extra para trabalho coletivo entre os portadores e o profissional especializado, parâmetro este que também é descrito no documento a ser finalizado. Frente a isso, o material visa analisar mais profundamente a fisiologia, o diagnóstico e o tratamento, se houver, das doenças relatada. **Conclusão:** A construção de conhecimento sobre a população alvo e a valorização da inclusão no meio educacional, familiar e social é fundamental para o desenvolvimento socioeducativo do portador de deficiência intelectual. Embora as políticas públicas estejam bem estruturadas, percebe-se uma diferença considerável entre a teoria e a prática. A divulgação da doença para o amplo conhecimento, trás, por sua vez, uma quebra de preconceitos socialmente estabelecidos. Conclui-se neste trabalho, então, que as maiores doenças prevalentes relacionadas ao aprendizado são doenças que ainda não estão completamente inclusas no meio e que precisam, portanto, serem mais bem compreendidas. Para isso, os documentos elaborados por esta pesquisa contribuirá com o

melhor esclarecimento e a melhor inclusão de todos de maneira igualitária, seguindo a lei de maneira efetiva e prática.

Referências:

1. BERNARDES, L.C.G. Avanço das políticas públicas para as pessoas com deficiência – uma análise a partir das conferencias nacionais. Brasília: Secretaria de direitos humanos (SDH). 2012. 63 p.
2. BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da pessoa com deficiência: Lei brasileira de inclusão'. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 127, 7 jul. 2015. Seção I, p. 2.